

# Dinheiro parado. Doentes em risco

Fotos: Jefferson Rudy

*Verba do Banco Mundial destinada à Aids e repassada à Secretaria de Saúde desde agosto passado ainda não foi usada*

Claudia Bernal  
Da equipe do **Correio**

**H**á quase R\$ 1 milhão nas contas da Secretaria de Saúde destinados a reforçar as ações de prevenção e controle da Aids no Distrito Federal. Dinheiro que deveria ter sido aplicado em campanhas, contratações de médicos, capacitação de pessoas, adequação de laboratórios, entre outros projetos — ações fundamentais para a diminuição da epidemia. Mas que está simplesmente parado na secretaria, enquanto a Aids não pára de contaminar.

A verba é fruto de um acordo de empréstimo entre o Banco Mundial e o Ministério da Saúde e atende ao DF, estados e 150 municípios estratégicos. Existe desde 1994 justamente para ser aplicada em projetos de controle da doença, descritos no chamado Plano Operativo Anual (POA), que está sob responsabilidade da Secretaria de Saúde.

A primeira etapa de recursos do POA referente a 1999 — R\$ 276 mil — foi depositada em agosto. A segunda parcela — de R\$ 700 mil — foi repassada em fevereiro deste ano. Nenhuma delas foi utilizada para seu fim.

O problema é ainda maior: o Banco Mundial e o Ministério da Saúde estipularam que, neste ano, o período para execução do POA vai até hoje. Seria o prazo máximo para que a secretaria prestasse as contas referentes ao que foi ou deixou de ser feito em relação ao plano. Como o recurso não foi utilizado, corre-se o risco de perder a verba. Mais: a secretaria pode, ainda, perder o POA 2000, estimado em R\$ 1,5 milhão.

A Coordenação Nacional do Controle de DST/Aids, do Ministério da Saúde, está preocupada. É a coordenação que acompanha o trabalho que a secretaria faz em relação ao POA e recebe sua prestação de contas. Agora, a coordenação teme a perda total dos recursos e dos que estão por vir. A lógica é clara. Se o dinheiro não é utilizado, o Banco Mundial e o Ministério da Saúde o reaplicam em outros estados ou municípios que precisam. Dinheiro que, inclusive, já rendeu 11 mil apenas sobre os

200 mil da primeira parcela.

A dúvida é: como a Secretaria de Saúde vai prestar as contas de um plano que não executou? Por sorte, há um critério no programa que define que o estado ou município tem, além do prazo estabelecido, mais dois meses para prestar contas dos recursos repassados.

É só isso que a secretaria pode mesmo fazer. A médica Mirza Ramalho Gomes é quem coordena o programa de DST/Aids na Secretaria de Saúde. Ela credita o atraso na prestação de contas à burocracia do Departamento de Recursos e Fianças da Fundação Hospitalar (DRFH): é aonde está o entrave para que o dinheiro saia e possa ser utilizado.

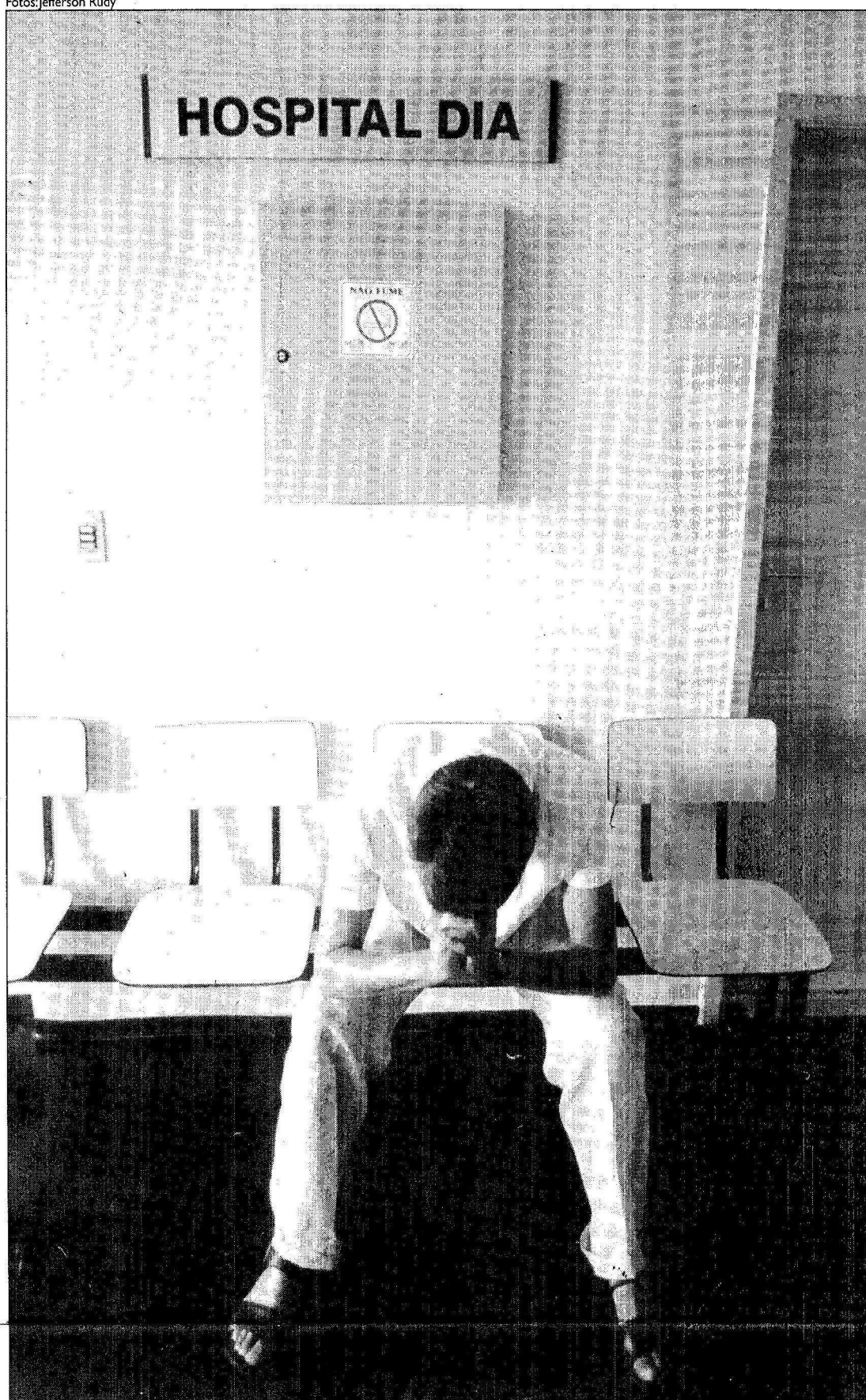
A diretora do DRH, Claudeth Lemes, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que esse atraso da prestação de contas se dá porque os processos de compra e prestação de serviços do POA só foram encaminhados por Mirza ao DHR no final de dezembro. Época que não era mais possível empenhar o pagamento das despesas devido ao fim do exercício financeiro de 1999. O DRFH agora aguarda os trâmites burocráticos, como publicação no Diário Oficial das reformulações de convênios como o POA, para concluir os processos de 1999.

## 30% DO PLANO

De fato, foi somente em dezembro que Mirza Gomes conseguiu encaminhar os processos do POA ao DRFH. Como assumiu o cargo em outubro, alega que “seria humanamente impossível ter feito isso antes”. “Nem sabia direito o que era POA”, diz.

Mas os projetos que já saíram do papel correspondem a apenas 30% do plano. Mirza cita compra de preservativos para a rede pública, a campanha publicitária sobre Aids veiculada no carnaval, cursos de pessoal sobre sexualidade e equipamentos odontológicos para atendimentos de pacientes com Aids. Mas de que maneira esses 30% foram executados, se o recurso está intacto? “Para os projetos mais urgentes, estamos implantando o POA com o dinheiro da Secretaria de Saúde”, afirma Mirza.

“Estamos dispostos a resolver



*Retrato da desolação: paciente soropositivo aguarda atendimento médico na sala de espera do Hospital Dia*

esse problema da prestação de contas”, afirma Paulo Teixeira, coordenador nacional do controle de DST/Aids. “Daríamos um jeito de esperar por mais seis meses se fosse preciso. Bastaria um telefonema da secretaria, demonstrando interesse em efetuar o plano”, completa. “Não é nosso interesse que o dinheiro não seja utilizado. Muito pelo

contrário, ele está aí para isso”.

Segundo Paulo, este é o primeiro ano em que o Distrito Federal não cumpre o POA. O DF é também a única unidade da Federação que não o cumpriu. De acordo com ele, os outros estados e municípios estão, em estágios diferentes, com várias ações efetuadas e, inclusive, já prestando contas.

Revoltado com a lentidão de ver programas de controle e prevenção da Aids ser implantados, o presidente do Fórum Aids-DF, Christiano Ramos, que também é do conselho gestor do Hospital Dia, denuncia: “isso é um descalço da Secretaria de Saúde”. Para ele, a resposta de tanta morosidade está em uma única frase: “falta vontade política”.